

Congresso paralisa as votações

GAZETA MERCANTIL

10. OUT 1995

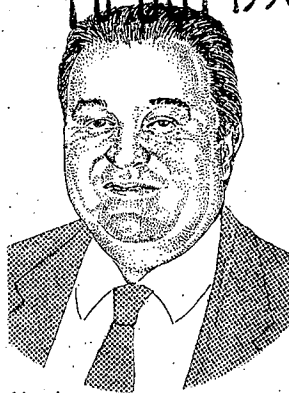
As decisões do Congresso deverão ficar para depois do feriado. Na Câmara ou no Senado não deverá ser votado nenhum projeto importante nesta semana. Sem atividade no plenário, as atenções no Congresso estão voltadas para as comissões permanentes e especiais, informou a Agência O Globo.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara está concentrada a maior preocupação do governo: a reforma administrativa. Com um relatório que modifica completamente a proposta do governo para o setor, a CCJ teve atenção especial do Planalto.

O vice-presidente Marco Maciel toma café da manhã, hoje, com os integrantes da

CCJ, na expectativa de convencê-los a manter a proposta do governo, principalmente no que diz respeito ao fim da estabilidade para o funcionalismo público, na votação marcada para o próximo dia 17. O relator Prisco Viana (PPB-BA) fez questão de preservar a estabilidade do servidor, contrariando a proposta do governo.

Outro ponto de atenção é a comissão especial que discute a prorrogação do Fundo Social de Emergência. O relator, deputado Ney Lopes (PFL-RN), deverá apresentar seu parecer também depois do feriado, concordando com a proposta do governo de prorrogá-lo por mais quatro anos. Mas as



Ney Lopes

próprias bases governistas resistem à proposta, não concordando com mais de dois anos. Esse também é outro ponto para o governo articular junto à sua base de sustentação parlamentar.

As decisões devem ficar todas para depois do feriado. No Senado duas das mais importantes propostas do governo entrarão na pauta de votação. A emenda que flexibiliza o monopólio do petróleo é aquela que requer maior concentração de esforços, apesar de o governo ter vencido as resistências da oposição, que tentou modificar a proposta aprovada na Câmara.

O parecer do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) entra em pauta no dia 17, acompanhando o que foi aprovado na Câmara. Para isso, o governo se comprometeu a fortalecer o papel da Petrobrás como empresa estatal na lei regulamentadora.

No dia 18, o Senado deverá votar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O imposto sobre cheque é a principal bandeira do ministro da Saúde, Adib Jatene, mas sofre muitas restrições no Congresso.

Outro tema importante é a Lei de Patentes, que já foi aprovada nas comissões, e só depende de acordo com lideranças para entrar em pauta.

Ainda após o feriado, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) poderá apresentar na CCJ o seu parecer sobre o projeto de lei que condiciona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce à autorização do Senado.